

459
Rio de Janeiro 22 de Março de 1867

Ilmo. e Ex. mo Sr. D. Rufino d'Alvalde

Meu estimado Amigo.

Abrel 10
1867.

Tenho presentes duas cartas de V. Ex.^a que vou responder, uma de 25 de Fevereiro e outra de 11 do corrente.

O contexto de ambas, mas o da segunda especialmente, encheu-me da mais viva satisfação.

Difficuldades que em 25 de Fevereiro impressionavam ainda o espirito de V. Ex.^a, estavam desvanecidas ou quasi desvanecidas em 11 de Março. A revolução já o não afflige, e a derrota de Lopes, não mais retardada pela má vontade e perfidia de nossos bem conhecidos adversarios, vai ser objecto do anhelos exclusivo e dos esforços communs dos alliados que brevemente a conseguirão.

Li uma e mais vezes a segunda carta de V. Ex.^a, e, como secretario da Alliança e harmonia

de nossos pais, hoje para derrubar Lopez
e sempre para sustentarmos a causa do di-
rito e da civilização nesta parte importante
da America, declaro a V. Ex.^a que desejo com-
ançar ver chegado esse momento a que V. Ex.^a
allude de conhecer pessoalmente e fallar a
V. Ex.^a, que considero o mais estranho mante-
nedor dos principios em que essa alliança
e harmonia se firmou.

Atseguro a V. Ex.^a que é completa, invaria-
vel a adhesão do governo do Brasil á causa da
alliança: é o alvo fixo a que apontam os nos-
sos desejos, os nossos actos, todas as nossas me-
didas, sem nos importar o parecer de um ou
outro discolo que nos queira ver só na luta

com o Paraguay, como ao Governo Argentino e a R. P. particularmente nada importantes abitoes de jornalistas ou de politicos de má tempera que, dominados de odio e de crime inexplicavel, queriam, se para tanto batesse a sua vontade, deprimir se não eschuir da causa commum o elemento brasileiro.

Os Governos não pensão com a cabeça de devairados e não hão de por certo devairados, do Rio da Prata e do Brazil afaitar o Governo de Buenos - Ayres e o do Rio da senda que o patriotismo e o dever lhes apontão em circumstancias de tanto momento.

É corollario forçado de nossa harmonia a negociação da mediação offercida pelos Estados Unidos e

ainm muito, atins a seguranea que P. Ex.^a
me dá de que não será aceita a referida
mediacao.

P. Ex.^a ha de convir connosco que temos ra-
ção na tenacidade com que persistimos no
projecto que offerecemos.

Pensa P. Ex.^a de certo, como nós o pensamos,
que sem a derrota completa de Lopez, a hon-
ra e a dignidade da Republica Argentina e
do Imperio não ficam desaggravadas.

Sem a derrota de Lopez, que cumprio como
um selvagem na face da Republica e do Im-
perio, como recobrarão os Estados offendidos a
sua força moral? Como no futuro serão de-
vidamente respeitadas?

Os termos da recusa devem pôr ser tais
que revelem a firme disposição em que esta-
mos de não deponermos as armas sem comple-
to desagravo.

Não recusamos a mediação dos Estados Unidos
pelo termo em que foi concebida essa media-
ção. Recusar a -hamos, quer quer que fossem
os termos de que a mediação se servisse, por
que, a final, importaria de certo modo trans-
acção mais ou menos clara em materia de
honra e de dignidade que a não admitte
jamais.

A nova responsabilidade (de Brasil e da Re-
publica) é immanente. Compreendê-la e desin-
pensar os deveres que ella impõe eis o que

imprevisivelmente farão o respectivo Governo.
Tudo se' nisto como tudo na amizade
de V. Ex.^a
Sou

De V. Ex.^a

Ant. e cr. m.^{to} obr.

L. de Góes e Vasconcelos